SETI / PTG
Fl. 06
Rubrica

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PROGRAMA UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS - **USF**
UNIDADE GESTORA DO FUNDO PARANÁ – **UGF**

1. ÁREA PRIORITÁRIA

Selecione **uma** das áreas listadas, entre aquelas aprovadas pelo CCT – PARANÁ, na qual o projeto se enquadre, acessando o link : http://www.seti.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=15 e informe abaixo:

Área Prioritária: Tecnologia Assistiva

1.1 Subprogramas USF

Subprograma: Inovação e Diversidade Cultural

2. TÍTULO DO PROJETO

EDUCAÇÃO ESPECIAL E TECNOLOGIA ASSISTIVA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROCESSOS CRIATIVOS PARA INCLUSÃO ESCOLAR

3. VALOR TOTAL DOS RECURSOS SOLICITADOS AO FUNDO PARANÁ		
Outras despesas de CUSTEIO	INVESTIMENTOS	Total
R$ 69.300,00	**R$13.000,00.**	**R$82.500,00**

4. ESTIMATIVA DE PRAZOS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO
Duração: (X) 12 meses ( ) 24 meses ( ) 36 meses
Início: A partir da data da assinatura do Termo Jurídico.

5 INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
CNPJ: 79.151.312/0001-56
Natureza Jurídica: Instituição de ensino superior pública
Endereço: Avenida Colombo, 5790
CEP: 87020-900
Cidade/Estado: Maringá-PR
Telefone e Fax: (44) 3011-4200
e_mail: sec-gre@uem.br

6 REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Nome: MAURO LUCIANO BAESSO
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 1.883.579-7 SSP-PR
CPF: 387.386.519-04
Endereço residencial: Rua Parigot de Souza, 198 – Zona 01
CEP: 87013-300
Cidade/Estado: Maringá-PR
Telefone: (44) 3011-4200
e_mail particular: mlbaesso@gmail.com

SETI/PTG Fl. 01 Rubrica

7 COORDENADOR TÉCNICO/CIENTÍFICO DO PROJETO

Nome: SONIA MARI SHIMA BARROCO
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 3108500-4 SSP - PR
CPF:443033869-87
Formação profissional: PSICOLOGIA
Titulação (graduação e pós-graduação): Graduação Psicologia, Mestrado = Educação Doutorado: Educação Escolar, Pós-doutorado: Psicologia
Telefone(s), celular e Fax: (44) 3011-4448 Cel. (44) 9964-0850 Fax (44) 3011-4291
Endereço residencial: Rua Neo Alves Martins, 833 – apto - 601
CEP: 87050-110
Cidade/Estado: Maringá - Pr
e-mail: smsbarroco@uem.br

8 ENGENHEIRO CIVIL RESPONSÁVEL PELA OBRA
(Caso seja previsto no projeto execução da obra e/ou reforma)

Instituição:
Nome do Engenheiro Civil:
CREA:
CPF:
Formação profissional:
Titulação (graduação e pós-graduação):
Telefone(s), celular e Fax:
Endereço residencial:
CEP:
Cidade/Estado:
e_mail:

9 RESPONSÁVEL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO PROJETO

Nome: MARIA HELENA AMBRÓSIO DIAS
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 3.519.994-2 ssp-pr
CPF: 522.331.209-06
Formação profissional: Ciências Econômicas
Titulação (graduação e pós-graduação): doutorado em Economia - PhD
Telefone(s), celular e Fax: (44) 9119-7374 – (44) 3011-4220
Endereço residencial: Avenida Américo Belay, 1103
CEP: 87020-900
Cidade/Estado: Maringá-PR
e_mail: mhadias@uem.br

10 RESPONSÁVEL PELO CONTROLE INTERNO DO ÓRGÃO (Quando for o caso)

Nome: Maria Regina da Fonseca
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 3.671.652-5 SSP/PR
CPF: 517.493.789-49
Formação profissional: Ciências Contábeis
Titulação (graduação e pós-graduação): Contadora, Especialista em Contabilidade Gerencial e em Contabilidade e Planejamento Tributário
Telefone(s), celular e Fax: (44) 9916-1762 / (44) 3011-1302
Endereço residencial: Rua dez de maio, 175, apto 604.
CEP: 87030-230
Cidade/Estado:
e_mail: mrfonseca@uem.br; mrfonseca.uem@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA DO PROJETO
(Criar mais quadros, se necessário) NRE - Maringá

11 INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Sigla/denominação: Secretaria de Estado da Educação do Paraná
CNPJ: 76416965000121
Natureza Jurídica: Órgão Público Do Poder Executivo Estadual
Endereço Comercial: Avenida Carneiro Leão nº 93
CEP: 87014-010
Cidade/Estado: Maringá - Pr
Telefone e Fax: (44) 3218-7100
e_mail: mariainestbarbosa@seed.pr.gov.br

SETI / PTG
Fl. 08
Rúbrica

11.1 REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO PARCEIRA

Nome: Maria Inês Teixeira Barbosa
Cédula de Identidade (Instituto/Estado da Federação): 716787-7 SSP-PR
CPF: 444.422.119-49
Formação profissional: letras e Pedagogia
Titulação (graduação e pós-graduação): Mestre em ciências da educação
Telefone(s), celular e Fax: (44) 3218-7100 Cel (44) 8836-3607
Endereço residencial: rua silva Jardim, 261 – apto 301
CEP: 87013-010
Cidade/Estado: Maringá -Pr
e_mail: : mariainestbarbosa@seed.pr.gov.br

12 Equipe do projeto (recursos humanos)

Nº	Nome	Instituição	Formação	Função no projeto	e_mail	Telefone (fixo e celular)
1	SONIA MARI SHIMA BAROCO	UEM	PSICOLOGIA	coordenadora e orientadora	smsbarroco@uem.br	(44) 30114448 (44) 9964-0850
2	TANIA DOS SANTOS ALVAREZ DA SILVA	UEM	PEDAGOGIA	Orientadora voluntária	tsasilva@uol.com.br	(44) 30114448 (44) 9127-8445
3	HIVI DE CASTRO SPERANDIO	UEM	PSICOLOGIA	apoio técnico	hivicrm@hotmail.com	(44) 30114448 (44)9941-5411
4	MARIA HELENA NUNES ALMEIDA	UEM	LETRAS-LIBRAS	apoio técnico	mariahelena.ufsc@gmail.com	44) 30114448 (45)99549386
5	A SER SELECIONADO	UEM	PSICOLOGIA E/OU PEDAGOGIA	Bolsista recém-formado	a definir	A definir
6	A SER SELECIONADO	UEM	PSICOLOGIA E/OU PEDAGOGIA	Bolsita recém-formado	A definir	A definir
7	A SER SELECIONADO	UEM	PSICOLOGIA E/OU PEDAGOGIA	Estudante de graduação	A definir	A definir

13 Descrição do Projeto.

13.1 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A presente proposta deriva do projeto de pesquisa institucional *Humanus: estudo de contribuições/implicações teóricas e metodológicas da psicologia histórico cultural para a educação comum e especial* (UEM, Processo número 7221/2014), e procura qualificar o acadêmico e o recém-formado para atuação no campo educacional, servindo como aprimoramento no âmbito da educação especial/inclusiva/assistiva. É submetida num momento histórico em que cresce a visibilidade de práticas excludentes que impedem o pleno desenvolvimento de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais. Desde a Constituição de 1998, o Brasil tem buscado assegurar uma sociedade democrática, com tudo que isso implica. Diferentes leis, documentos norteadores e políticas públicas têm contemplado esse propósito, como: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – Educação Especial; Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.845/04 - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.

Além dessas, entre várias outras, destaca-se, ainda, a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta expõe regras e orientações para que ocorram a promoção dos direitos e liberdades dos deficientes, com vistas a garantir aos

mesmos a inclusão social e a cidadania, buscando garantir condições de acesso à educação e à saúde e estabelece punições para atitudes que contrariem o que ela prevê.

Ante um panorama de legalidade da presença do sujeito com deficiência no espaço escolar da escola comum, e as conquistas já realizadas no campo científico, demonstrando a necessidade de humanização do mesmo pelo processo educacional, espera-se que todas as instituições educativas ofertem o 'melhor ensino para todos'. Contudo, isso nem sempre ocorre, devido a fatores como: formação inicial dos professores insuficiente para o enfrentamento e o atendimento da diversidade de desenvolvimento, formação continuada ou em serviço que não abrange o acompanhamento de proposições e de implementação de ações que possam ser eficazes para a inclusão do aluno com deficiência, relação pouco amistosa e eficaz entre família e escola em prol do ensino e da aprendizagem mais eficazes. Esses três fatores, se somados às condições objetivas de índice de desenvolvimento humano baixo das cidades /comunidades/bairro aos quais a escola e os alunos se vinculam, concorrem para que o previsto nas citadas leis não se efetive de fato.

Entende-se, ante esse problema de distanciamento entre o apregoado em leis (que são em si conquistas batalhadas por segmentos da sociedade, senão por ela em grande escala) e o realizado na prática social, em específico referindo ao atendimento educacional da pessoa com deficiência, que a universidade, no caso, a UEM, tenha um papel crucial: o de disponibilizar seu acervo teórico-metodológico construído para instrumentalizar professores – não raramente formados (inicialmente ou em serviço) para o trabalho docente em situações menos extremas. Trabalhar com comunidades em situação de exclusão é algo mais árduo, já que foge aos modelos medianos de intervenções. Educar alunos com deficiências que vivenciam a dupla exclusão, gerada pela deficiência e pelas condições socioeconômicas, demanda sensibilidade, envolvimento com a busca de mudanças, e domínio de recursos teórico-metodológicos que permitam a compreensão de como aprendem e se desenvolvem para que o ensino seja organizado em favor dos mesmos.

Destaca-se que segundo a LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu Capítulo IV. Art. 43 AS finalidades da educação superior, dentre outras, dispostas nos incisos VI e VII são:

> VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
> VII- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e beneficios da criação cultural e da pesquisa cientifica e tecnológica geradas na instituição.

A observação ao contido em ambos os incisos está contemplado no problema central dessa proposta, que diz respeito à formação de professores criativos, para o enfrentamento à exclusão educacional sofrido por sujeitos que têm seus desenvolvimentos diferenciados pelas condições objetivas limitantes.

Entende-se que o enfrentamento à exclusão na escola traz consigo, entre outros aspectos, a realização de debates e proposições que gravitam em torno da inclusão em prol da formação humana. A sociedade nos dias atuais tem gerado uma produção científica sem precedentes, que leva ao desvendamento de vários quadros específicos e/ou sindrômicos do desenvolvimento e apontam para mediações técnicas qualificadas que podem minorar problemas referentes ao isolamento e à não acessibilidade ao conhecimento curricular. Em situação de deficiência, ou de Necessidades Educacionais Especiais (NEE) o sujeito afetado por uma condição especial, permanente ou temporária, necessita ativar mecanismos de compensação/superação. Assim, a condição especial atua como o combustível para a superação de dificuldades. Contudo, o mecanismo de compensação, via de regra, não resulta de um processo espontâneo, mas de condições criadas pelo grupo social. O desenvolvimento depende das condições concretas oferecidas pelo grupo social, que podem ser adequadas ou empobrecidas.

13.2 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVO GERAL

Oportunizar a instrumentalização teórica e técnico-metodológica de profissionais que atuam em escolas públicas de municípios para o atendimento educacional de alunos com deficiência, à luz da perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, que vem fundamentando várias propostas curriculares na Educação Básica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a apropriação dos fundamentos teóricos elaborados por L. S. Vygotski, pesquisador que inovou o atendimento educacional e psicológico às pessoas com deficiências, para a compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem das mesmas;

- Oportunizar aos professores da educação básica o contato e a formação de hábitos de leitura e de escrita científicas, visto que isso impacte positivamente na qualidade de suas mediações pedagógicas, considerando o emprego de recursos adaptativos/assistivos de baixa e média complexidade capazes de promover a

acessibilidade nos processos de ensino e aprendizagem;

- Estimular os processos criativos dos professores na compreensão da realidade e na elaboração de propostas de intervenção junto a ela, no âmbito do atendimento educacional aos alunos com deficiência.

13.3 PÚBLICO ALVO

O público alvo será composto por professores de alunos com deficiências, que atuam em escolas públicas estaduais situadas em municípios ou regiões com menores índices de desenvolvimento humano, que são da esfera de abrangência da Universidade Estadual de Maringá e do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Maringá (este abriga 25 municípios sob sua responsabilidade).

SETI / PTC
Fl. 10
Rubrica

SETI/P
Fl. 11
Rubrica

13.4 METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Para o desenvolvimento da presente proposta conta-se com procedimentos de trabalhos individuais e em grupos, considerando-se atividades de formação teórica e de implementação de ações que possam enriquecer a prática pedagógica. Os estudos teóricos são subsidiados pela Teoria Histórico-Cultural (THC), que considera que a formação do psiquismo propriamente humanizado conta, em muito, com as mediações instrumentais adequadas. Pelos fundamentos filosóficos e metodológicos do materialismo histórico-dialético, que subsidiaram os estudos de L. S. Vygotski, maior representante da THC, as escolas não são instituições apartadas da sociedade; antes atendem aos interesses específicos de dado momento histórico e, geralmente, estão vinculadas à manutenção do modelo societário vigente. Em nosso caso, este modelo refere-se a uma sociedade organizada em classes sociais antagônicas, com promoção da exclusão de grande parcela da população de ter acesso às elaborações mais complexas que a humanidade produziu. A escola pode ser local para se referendar esse modelo; ou, também pode constituir-se em espaço para a identificação das contradições que lhes são próprias [de tal modelo], com vistas à superação. Em meio a esse processo de contínuo enfrentamento entre as classes sociais, há a luta das pessoas com deficiências para o que já deveria ser uma conquista: a acessibilidade à matrícula, à permanência e à terminalidade.

Ante o exposto, para a sua realização, a proposta conta com as etapas expostas a seguir.

I COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE PROFESSORES

a) Levantamento junto ao Núcleo Regional de Educação de Maringá de 06 a 10 escolas situadas em regiões de vulnerabilidade socioeconômica, que tenham alunos com deficiência matriculados, e que possam ser beneficiadas pela presente proposta de formação de professores em serviço, no âmbito da inclusão.
b) Contato com as escolas para apresentação da proposta, levantamento de interesse, formalização da participação institucional;
c) Seleção de 20 a 30 professores para a participarem da proposta e formalização da participação dos mesmos para composição do Grupo Geral.

II REALIZAÇÃO DE GRUPO DE ESTUDOS

Nos primeiros 03 meses serão realizados:

a) Encontros quinzenais de 4h presenciais para formação teórica do Grupo Geral, com abordagem de temáticas sobre a legislação atual referente à inclusão, as deficiências, o desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência e as mediações pedagógicas;
b) Atividades orientadas de estudos de 04 h não presenciais, envolvendo leituras, atividades com filmes e documentários.

III ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Esta etapa contará com visitas aos subgrupos, compostos por escolas para conhecimento das mesmas, considerando-se o acompanhamento de:

a) Diagnóstico de acessibilidade (arquitetônica, atitudinal e ao conhecimento) – com fotografias e filmagens *in loco*;
b) Elaboração de proposta de intervenção junto à instituição, envolvendo alunos com e sem deficiência e professores;
c) Execução da proposta, com registros de imagem e som.

IV ANÁLISE, SÍNTESE E GENERALIZAÇÃO

Nos últimos 03 meses serão realizados(as):

a) Encontros quinzenais de 4h presenciais para análise das propostas de intervenção implementadas, com análise qualitativa dos dados advindos dessa implementação – considerando objetivos previstos, procedimentos adotados e recursos materiais e humanos envolvidos, e resultados obtidos com propostas/projetos elaborados pelos professores;
b) Orientações para a elaboração de relatórios, estimulando o exercício da escrita científica;
c) Apresentação dos relatórios de professores, com os respectivos acervos de imagem/som para o Grupo Geral, promovendo a prática acadêmica de divulgação científica;
d) Elaboração do relatório final.
e) Elaboração e submissão para publicação de artigo científico.

13.5 PRODUTOS/SERVIÇOS ESPERADOS

a) Desenvolvimento e sistematização de processos ou ações que possam ser generalizados para outras escolas;
b) Publicação de um caderno/anais de natureza pedagógica, contendo as sínteses dos estudos e/ou das propostas aplicadas, tendo os professores como autores e coautores;
c) Organização de um instrumento para diagnóstico de acessibilidade nas escolas, que contribua para caracterização da situação real das instituições e consequente tomada de providências por parte das instâncias competentes.
d) Elaboração de um artigo científico em coautoria com acadêmico e recém-formados.

13.6 CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E DE INOVAÇÃO

A proposta se mostra inovadora ao reposicionar a finalidade da formação em serviço do professor. Aqui se busca a instrumentalização do professor que trabalha em escolas situadas em regiões de baixo índice de desenvolvimento, algo que não é tão frequente, já que na formação inicial e continuada, correntemente, toma-se como norte sempre os dados socioeconômicos médios.
Também tem sua originalidade ao tomar como referencial uma teoria que defende o reposicionamento do fator biológico ante as mediações socioculturais. Por ela, é preciso considerar que a vulnerabilidade socioeconômica passa a se somar às outras situações que se tornam limitantes para o acesso ao conhecimento, advindas não da deficiência biológica em si, mas do modo como as relações sociais lidam com ela.
A proposta levará, pois, o professor a estudar, a se apropriar de um conjunto de conhecimentos já sistematizados para, ele mesmo, exercitar-se no pensamento científico, o que implica em estimulá-lo ao processo criativo, tão necessário ao ambiente acadêmico-educacional, considerando o uso de tecnologias assistivas de baixa e média complexidades.
Isso é fundamental, pois, a educação especial demanda que os professores que nela atuam estejam muito atentos, de modo a elaborarem hipóteses e a apresentarem proposições acerca do modo como seus alunos aprendem e se desenvolvem. A formação desse perfil do professor da educação básica que atende o público alvo da educação especial busca pelo 'sucesso' em uma modalidade de ensino na qual passou a ser 'natural' o baixo rendimento escolar.

13.7 CONTRAPARTIDA NÃO FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Para desenvolvimento da proposta, a UEM disponibilizará os docentes para dedicar-se à mesma.
Contar-se-á com o uso das instalações físicas do Propae (Bloco 04) e de auditórios/salas da UEM para reuniões do Grupo Geral e para atendimentos que se fizerem necessários, bem como de internet, linha telefônica e apoio da Secretaria.

13.8 LISTAR OS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELO PROJETO

Conforme previsto na Metodologia, os municípios que poderão participar do projeto são os que pertencem à abrangência da UEM – Maringá e do Núcleo Regional de Educacional, sendo eles:

1. Ângulo
2. Astorga
3. Atalaia
4. Colorado
5. Doutor Camargo
6. Floraí
7. Floresta
8. Flórida
9. Iguaraçu
10. Itambé
11. Ivatuba
12. Lobato
13. Mandaguaçu
14. Mandaguari
15. Marialva
16. Maringá – cidade sede do trabalho
17. Munhoz De Melo
18. Nossa Senhora Das Graças
19. Ourizona
20. Paiçandu
21. Presidente Castelo Branco
22. Santa Fé
23. Santo Inácio
24. São Jorge Do Ivaí
25. Sarandi

13.9 IDENTIFICAR RISCOS QUE PODERÃO PREJUDICAR O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E SUGERIR PLANO DE CONTINGENCIAMENTO

Risco	Plano de Contingência
Não haver professores das escolas indicadas pelo Núcleo Regional de Educação de Maringá com interesse ou disponibilidade para participar.	Completar o quadro de participantes, após identificação dos municípios da região com índices de IDH mais baixos e elencar escolas com índices de IDEB menores, que tenham alunos com deficiência matriculados.
Encontrar resistência por parte dos professores nos estudos e leituras orientadas que promovam o aprofundamento teórico.	Apresentar vídeos e documentários que possam contribuir para a apropriação da teoria e inspirar na elaboração de novas proposições para a prática educativa.

14 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE A INSTITUIÇÃO PROPONENTE.

HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A presente proposta envolve a Universidade Estadual de Maringá e escolas públicas estaduais da região de Maringá. Vincula-se ao *Programa multidisciplinar de pesquisa e apoio à pessoa com deficiência e necessidades educativas especiais* – Propae. Trata-se de uma proposta de caráter extensionista e interinstitucional, prevendo-se a sua realização no período de 12 meses, com vistas ao atendimento à comunidade externa e ao enriquecimento na formação de acadêmicos e de apoio à aluno recém egresso da UEM, no âmbito da formação de professores para atuação na Educação Especial/Inclusiva, considerando-se a defesa de observação dos direitos de todos à Educação e à Saúde.

Por um lado, destaca-se que, de modo geral, o investimento na formação de professores da rede pública de ensino tem sido uma prática da UEM, por meio de seus cursos de licenciatura e de pós-graduação. De modo específico essa vocação revela-se pelo envolvimento com a política do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE-Paraná, desde 2007. Por outro lado, o atendimento às escolas, com a instrumentalização de professores, tem sido uma prática recorrente do Propae.

Destaca-se que essa atividade formativa tem se intensificado, conforme as políticas públicas da educação vão aperfeiçoando suas observações em prol do crescimento da luta pela Inclusão Social e Educacional. Nesta, as instituições de ensino superior têm assumido importante papel, seja por meio de suas pesquisas, daquilo que ensina e para onde direciona a formação inicial de novos profissionais, pesquisadores e docentes do ensino superior; seja pelo protagonismo de seus quadros junto à sociedade para sensibilizar, propor, articular, aprovar, implementar/implantar, avaliar e redirecionar diversas políticas públicas.

Relembra-se que até a criação da Universidade (1969), o atendimento às necessidades de ensino superior em Maringá era feito por três estabelecimentos estaduais: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966. Estas faculdades ofereciam sete cursos: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas. A realidade atual é muito diversa e permite que se criem expectativas em relação à participação da UEM para uma sociedade mais inclusiva.

A criação da UEM se deu pela Lei Estadual nº 6.034 de 06/11/69, mas pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi formalizada como fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM). Foi reconhecida em 11/05/76 pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583), tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91, mantendo a mesma denominação. A partir de 1999, foi implantada, em caráter experimental, a Autonomia da Universidade, conforme Termo de Autonomia, assinado em 18 de março de 1999. Sabe-se que isso demandou além do trabalho da sua comunidade interna, esforços da sociedade maringaense e regional, bem como da participação política no plano estadual, posto ser reconhecida a potência de desenvolvimento que uma universidade carrega consigo.

Em 2014 a UEM oferece 66 cursos de graduação, distribuídos nos Campi Regionais de: Maringá - Sede, Cianorte, Goioerê, Arenito (localizado em Cidade Gaúcha), Diamante do Norte, Umuarama, Ivaiporã, além do Centro de Pesquisas em Porto Rico, da Fazenda Experimental de Iguatemi e do Centro de Pesquisa em Piscicultura em Floriano. Tamanho crescimento da UEM em diferentes áreas deve ser acompanhado de investimentos para que *todos* possam se apropriar dos saberes conquistados e deles se beneficiar.

Se houve essa expansão, lembra-se que em décadas anteriores, a partir de 1986, a verticalização do ensino começara a tomar forma com a criação dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto-sensu*. Entende-se que isso promoveu uma melhoria do ensino de graduação na UEM e na produção de pesquisas de melhor qualidade. A verticalização tem propiciado a formação de grupos de pesquisa, programas e de núcleos

interdisciplinares, além da diversificação de áreas e linhas de pesquisa. Em decorrência, além do ensino ter sido impactado, **a verticalização promoveu um incremento nas atividades de extensão universitária**. Registra-se que esta já existia, e assume, cada vez mais, um papel relevante na UEM: **a devolução à sociedade do investimento feito nessa Instituição**. Muito dessa devolução se dá em forma de prestação de serviços, aplicando-se ou disponibilizando-se *know how* conquistado em diferentes áreas do saber, e de formação de recursos humanos, como se pretende com a presente proposta.

Contribuíram para o crescimento da UEM, dentre outras condições básicas, a melhoria da qualificação de seus quadros, uma progressiva flexibilização de atribuições de encargos pelos departamentos, o aumento na captação de recursos externos, a regulamentação da Dedicação Exclusiva (DE) e, posteriormente, do regime de trabalho em Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE). Tudo isso se consolidou, também, com a implantação das Pró-reitorias e Diretorias de Pesquisa e Pós-Graduação, de Ensino e de Extensão.

É importante destacar, também, que a criação, em 2006, da editora da Universidade Estadual de Maringá (Eduem) concorreu para o posicionamento de destaque da UEM no plano nacional. A Eduem é responsável pela publicação vários periódicos científicos (todos indexados e qualificados), além das publicações com financiamento da Fundação Araucária, tendo os professores pesquisadores do Propae publicado seus trabalhos pela mesma.

Como se pode notar, a extensão universitária foi sendo norteada em seu volume e qualidade, bem como em complexidade (trabalhos em rede/intersetorialidade), com a melhoria no perfil da qualificação dos próprios servidores da UEM, e numa relação em cadeia que vem se estabelecendo, tem contribuído para a melhoria de vida da comunidade externa.

Fatores que notadamente tem impactado nas **atividades de extensão** são: a existência da Livraria Universitária, da Rádio Universitária FM (Prefixo 106,9 MHz) e da TV UEM (http://sites.uem.br/eci/institucional), que promovem a **divulgação e a acessibilidade ao conhecimento científico, filosófico e artístico-cultural**. Entende-se, como se deu com a execução de outros editais, que o Propae poderá valer-se desses recursos para a implantar a presente proposta.

Outras considerações sobre a UEM

A UEM está localizada ao Noroeste do Paraná, região com mais de dois milhões de habitantes. Caracteriza-se como uma Instituição com influência crescente numa área mais ampla, que inclui o noroeste e sudoeste do Paraná, o interior de São Paulo e os estados do Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Essa influência se reflete, principalmente, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura voltadas ao atendimento das necessidades regionais e nacionais. Pode-se dizer que tem por finalidade promover a cultura através da pesquisa e do desenvolvimento das ciências, letras e artes; formar pessoas habilitadas para a investigação filosófica, científica e literária e para o exercício das profissões liberais, técnico-científicas, técnico-artísticas e do magistério; e prestar serviços à comunidade. A UEM tem assumido papel relevante na proposição, implantação e avaliação de políticas públicas da educação, saúde, serviço social, ciência e tecnologia, etc. Sua missão pode ser identificada por meio de alguns aspectos apontados a seguir.

Compromisso Social: Até início de 2014, a UEM já tinha graduado cerca de 61.322 profissionais, e titulado 4.980 mestres e 930 doutores, sendo que esses números estão em crescimento. Em relação à modalidade de graduação e pós-graduação à distância, a UEM possui um Núcleo próprio que oferta 7 cursos para a graduação e 15 cursos de pós-graduação. Isso a posicionou em espaço de notória relevância estadual e nacional. Com o saber produzido em, tem buscado a integração com a comunidade, aplicando parte desse cabedal e fomentando outros, por meio de projetos de extensão, com intervenções na área da saúde, da educação em suas diferentes áreas (como a da Educação Especial) das ciências sociais e aplicadas, entre outras, buscando o exercício da cidadania, a observação dos direitos humanos.

Políticas de inclusão: Além das atividades coordenadas/executadas pelo Propae, na UEM, destacam-se a formação de cooperativas de economia solidária por meio da Rede Unitrabalho; as assessorias prestadas aos municípios pelo Observatório das Metrópoles; a isenção da inscrição do vestibular para alunos de escolas públicas; o Programa "Universidade Sem Fronteiras", que atende aos municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); as vagas exclusivas para indígenas, o investimento nos cursos à distância. Também assume o sistema de cotas sociais para ingresso e permanência de alunos e participa do processo de avaliação seriada - PAS.

Serviços à comunidade: Como a presente proposta situa-se no âmbito da Extensão, mas que se vincula ao do Ensino e Pesquisa, vale expor como esse tripé pode ser observado e a sua amplitude de alcance. Dentre os vários serviços prestados destacam-se os de análises clínicas, com mais de 100 tipos de exames laboratoriais, atendendo 130 municípios, e produção de medicamentos distribuídos às Unidades Básicas de Saúde. A UEM

mantém uma rede de laboratórios que analisa desde a taxa de penetração de produtos na pele humana, até a qualidade da água, do solo, de grãos ou a resistência de materiais; contando com o *Centro de Controle de Intoxicações* – CCI, que é referência em intoxicações e faz parte da rede nacional de informações da área e a *Farmácia Ensino*, que é destaque na orientação do uso de medicamentos. Mantém o *Serviço de Assistência Judiciária* – SAJ, que oferece atendimento jurídico gratuito à comunidade carente da Comarca de Maringá e, através do *Pró-egresso/Programa Patronato de Maringá*, efetua encaminhamentos das penas de prestações de serviço. No âmbito educacional, oferece cursos técnicos de música, na *Escola de Música*, e de línguas estrangeiras, no *Instituto de Línguas* (ILG) e no *Instituto de Estudos Japoneses* (IEJ). Em relação ao Complexo de Saúde, a UEM conta com o *Hospital Universitário* (HUM), que está inserido em vários programas de saúde pública no país e é detentor do título de Hospital Amigo da Criança. Está certificado como Hospital de Ensino e hoje também presta atendimentos de urgência e emergência à comunidade como hospital público regional. Juntos, HUM, Laboratório de Ensino e Pesquisas em Análises Clínicas, Hemocentro, Clínica Odontológica e a Unidade de Psicologia Aplicada atendem mais de 160 mil pessoas anualmente.

Toda essa atuação da UEM no âmbito da extensão decorre de e favorece as produções dos diversos grupos de pesquisa, com impactos nos níveis regional, nacional e internacional. A instituição vem canalizando esforços para a consolidação de projetos que congregam as diversas vocações dos programas e grupos implantados, incentivando o desenvolvimento de pesquisas e ações multidisciplinares, Inter setoriais e interinstitucionais.

A UEM tem também um corpo discente que vem se qualificando, de modo a poder implementar ações/atividades de extensão de qualidade. Para se dimensionar, somente no ano de 2014, 692 alunos de graduação receberam bolsas de Iniciação Científica (554 PIBIC, 65 PIBITI, 10 PIBIC-AF, 63 PIBIC-IS) e 408 alunos desenvolveram projetos de pesquisa sem bolsa (PIC).

Ainda revelando a vocação da UEM para o ensino e a extensão, também se conta com um *Centro de Educação Infantil*, um *Colégio de Aplicação Pedagógica* (CAP) no campus de Maringá, sendo que esta atendeu cerca de 920 alunos em 2014, e está entre as dez melhores instituições de ensino público do Paraná, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB 2011). Somando o trabalho em favor da inclusão social e educacional, abriga uma Escola de Ensino Fundamental e Médio para Surdos, que atendeu mais de 100 surdos em 2014, sendo que vários dos seus egressos (alunos surdos ou com baixa audição) já concluíram o nível superior.

Destacam-se, também, 25 revistas da instituição (vinculadas diretamente à Eduem ou não), indexadas e classificadas no Qualis CAPES, que representam meios de divulgação do conhecimento científico mais expressivo, no âmbito nacional e internacional. Uma delas é *Psicologia em Estudo* (A1 em Psicologia). Há periódicos que são editorados na UEM, sob forma de parceria, como é o caso da *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, com Qualis A2 em Psicologia, e no qual integrantes do Propae têm atuado na editoração e como autores.

Considerações sobre o Propae

Em 28/09/1994, foi criado o *Programa interdisciplinar de pesquisa e apoio à excepcionalidade* (Propae), vinculado ao CCH, através da portaria 1533/94-GRE. À época, o objetivo foi agregar professores, técnicos e acadêmicos da comunidade interna da UEM e externa que trabalhavam com projetos de pesquisa e extensão na área da deficiência (auditiva, visual, motora e mental). Hoje esse propósito se mantém e se amplia para contemplar quadros referentes ao espectro do autismo.

Em 1997, com o projeto Proesp financiado pela CAPES, houve a consolidação de um Laboratório de Educação Especial, e, a seguir, a consolidação do Programa voltado para o atendimento às pessoas com necessidades especiais (PNEs) da comunidade externa com projetos de extensão, pesquisa e ensino.

Além de ações junto aos cursos de graduação e de pós-graduação, para ingresso (vestibular adaptado), permanência na UEM (monitorias especiais) e para a terminalidade dos estudos de alunos com deficiências, necessidades educacionais especiais, o PROPAE tem desenvolvido trabalhos com estudantes e profissionais sob essas condições, vinculados às escolas públicas de Maringá. Por meio deles, objetiva-se ampliar as oportunidades de desenvolvimento e de inclusão de pessoas sob essas condicionalidades citadas, a partir do entendimento de que estratégias multidisciplinares podem contribuir com o processo de inclusão e cidadania.

Todos esses dados são indicativos de que a UEM se encontra consolidada e continua em plena **expansão** e **verticalização** em todas as áreas do conhecimento, **integrando ensino, pesquisa e extensão**. Nota-se essa característica em sua estrutura física, na qualificação de seu corpo docente, na ampliação do acervo bibliográfico, na divulgação nacional e internacional de sua produção científica, nos laços com a sociedade, sempre em busca de uma Universidade de excelência.

Desse modo, entende-se possível e necessário que alunos de graduação e recém egressos, orientados dentro

do princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Extensão e Pesquisa, possam atuar junto à comunidade externa, envolvidos numa proposta sistematizada em prol da interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade.

Reconhece-se pela experiência cumulativa do Propae, que estão postas situações envolvendo pessoas com deficiências que podem ser superadas. Elas constituem um grupo minoritário, mas que precisam ter suas necessidades atendidas, sob o risco de o processo de humanização não se efetivar para elas a contento.

O Propae, por suas diferentes ações, tem buscado o enfrentamento ao isolamento e à segregação. É justamente em direção contrária que apoia a proposição e implementação de políticas públicas que intencionem a inclusão social e a garantia de cidadania do público alvo. Assim, entende-se a importância de, na formação em serviço, instrumentalizar professores da educação básica, acadêmicos atuais e alunos egressos, no sentido de competência técnica e de compromisso social para o exercício profissional.

SETI / P
Fl. 16
Rubrica

15 PLANO DE TRABALHO DO PROJETO

Cronograma de Atividades

Descrição das Atividades			Indicador físico		Duração Prevista (meses)		% Ação no projeto	Total (R$)	% Financeiro
Nº	Ações	Etapa	Unidade	Qtde.	Início*	Término*			
1.	**PREPARAÇÃO DA EQUIPE E COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE PROFESSORES**	1.1 Levantamento junto ao NRE- Maringá de 06 a 10 escolas situadas em regiões de vulnerabilidade socioeconômica, que tenham alunos com deficiência matriculados, e que possam ser beneficiadas pela presente proposta de formação de professores em serviço, no âmbito da inclusão.	Levantamento	01	01	01		5.775,00	
		1.2 Contato com as escolas para apresentação da proposta, levantamento de interesse, formalização da participação institucional.	Contato com escolas	10	01	01	10%	0,00	23%
		1.3 Seleção de 20 a 30 professores para a participarem da proposta e formalização da participação dos mesmos para composição do Grupo.	Processo de seleção de professores	01	01	01		0,00	
		1.4 Aquisição dos equipamentos	Evento	01	01	01		13.200,00	
2.	**REALIZAÇÃO DE GRUPO DE ESTUDOS**	2.1 Encontros quinzenais de 4h presenciais para formação teórica do Grupo Geral, com abordagem de temáticas sobre a legislação atual referente à inclusão, as deficiências, o desenvolvimento e a aprendizagem da pessoa com deficiência e as mediações pedagógicas.	Encontros presenciais	06	01	04		0,00	
		2.2 Atividades orientadas de estudos de 04 h não presenciais, envolvendo leituras, atividades com filmes e documentários.	Atividades orientadas de estudos	06	01	06	30%	28.875,00	35%
3.	**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTAS**	3.1Visitas aos subgrupos, compostos pelas escolas para conhecimento das mesmas, considerando-se o acompanhamento de: Diagnóstico de acessibilidade (arquitetônica, atitudinal e ao conhecimento)	Visitas	40	02	10	30%	0,00	21%

SETI / PR
Rubrica

		3.2 Elaboração de proposta de intervenção junto à instituição, envolvendo alunos com e sem deficiência e professores.	Elaboração de propostas	10	04	05		0,00	
		3.3 Execução da proposta.	Execução de propostas	10	06	09		17.325,00	
4	**ANÁLISE, SÍNTESE E GENERALIZAÇÃO**	4.1 Análise das propostas de intervenção implementadas, com análise qualitativa dos dados advindos dessa implementação – considerando objetivos previstos, procedimentos adotados e recursos materiais e humanos envolvidos, e resultados obtidos com propostas/projetos elaborados pelos professores.	Análise qualitativa	10	09	10	30%	0,00	21%
		4.2 Elaboração de relatórios, estimulando o exercício da escrita científica.	Elaboração de relatórios	10	09	10		0,00	
		4.3 Apresentação dos relatórios de professores para o Grupo Geral, promovendo a prática acadêmica de divulgação científica.	Apresentações	10	10	12		17.325,00	
		4.4 Composição do Caderno Pedagógico (Anais)	Caderno pedagógico	01	12	12			
		4.5 Submissão do Relatório Final.	Relatório final	01	12	12			
		4.6 Elaboração de artigo científico e submissão para publicação	Artigo científico	01	10	12			
TOTAL							**100%**	**82.500,00**	**100%**

* Considerar **Mês 01** o primeiro mês da execução do projeto;
Por exemplo: Início do projeto= março/2016;
Duração prevista para execução da etapa 1.1 = 2 meses
Duração Prevista no Cronograma acima: **Início:** 01 e **Término:** 02.

Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

Assinatura do Coordenador do Projeto

SETI/PI Fl. Rubrica

SETI / PTG
Fl. 19
Rúbrica

5 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO INSTITUCIONAL

TERMO DE COMPROMISSO

Na qualidade de representante legal do proponente, estou de acordo com a proposta apresentada e declaro, para todos os fins de direito, conhecer as normas ora fixadas pelo Fundo Paraná, assim como inexistir qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos do Fundo Paraná.

Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

Assinatura do Coordenador Técnico/Científico do Projeto da Instituição Proponente

Assinatura do Responsável Administrativo/Financeiro do Projeto da Instituição Proponente

Assinatura do Engenheiro Civil Responsável Pela Obra

Assinatura do Responsável pelo Controle Interno da Instituição Proponente

Assinatura do Representante Legal da Instituição Parceira

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO
QUADRO RESUMO
Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

TÍTULO DO PROJETO: RESIDÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROCESSOS CRIATIVOS EM PROL DA INCLUSÃO ESCOLAR
INSTITUIÇÃO PROPONENTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
COORDENADOR: SONIA MARI SHIMA BARROCO

	Elementos de Despesa		UGF	%
1. Outras Despesas de Custeio	1.1. Diárias	3390.14.00	0	0%
	1.2. Passagens e despesas de locomoção	3390.33.00	0	0%
	1.3. Serviços de Consultoria	3390.35.00	0	0%
	1.4. Material de Consumo **NACIONAL**	3390.30.00	0	0%
	1.5. Material de Consumo **IMPORTADO/ USO CONTROLADO**	3390.30.00	0	0%
	1.6. Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3390.36.00	0	0%
	1.7. Bolsas	3390.18.00	69.300	84%
	1.7.1 Auxílio Financeiro - Bolsas	3390.18.00	0	0%
	1.8. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3390.39.00	0	0%
		Subtotal Custeio	69.300	84%
2. Investimentos	2.1. Equipamentos e Material Permanente **NACIONAL**	4490.52.00	13.200	16%
	2.2. Equipamentos e Material Permanente **IMPORTADO**	4490.52.00	0	0%
	2.3. Obras e Instalações	4490.51.00	0	0%
		Subtotal Investimentos	13.200	16%
		Total Geral	82.500	100%

Atender ao disposto no ATO ADMINISTRATIVO N° 01/15/UGF de 27/05/2015 , disponível em: www.seti.pr.gov.br/fundoparaná/atosadministrativos.

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI / PR
Fl. 20
Rubrica

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO
.. OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO
Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

69.300
0

PARANÁ

PAG 1

1.7. CUSTEIO - Bolsas

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Categoria da Bolsa	Instituição	Valor		
					Valor Unitário (R$)	Qtde (Meses)	Subtotal
3390.18.03	1 a 4	todas	Orientador	UEM	1.030	12	12.360
3390.18.03	1 a 4	todas	Profissional recém-formado de nível superior	UEM	2.000	12	24.000
3390.18.03	1 a 4	todas	Profissional recém-formado de nível superior	UEM	2.000	12	24.000
3390.18.03	1 a 4	todas	Estudante de graduação	UEM	745	12	8.940
							0
							0
							0
							0
						TOTAL	69.300

** em conformidade com os valores do Ato Administrativo Nº 01/15 - UGF.*

1.7.1. CUSTEIO - Auxílio Financeiro/Bolsas

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Categoria da Bolsa	Instituição	Valor		
					Valor Unitário (R$)	Qtde (Deslocamentos)	Subtotal
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
						TOTAL	0

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI/PTG
Fl. 21
Rubrica

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO
2. INVESTIMENTOS
Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

2.1. INVESTIMENTOS - Equipamentos e Material Permanente - NACIONAL

Subelementos de Despesa	Ação Nº	Etapa Nº	Descrição e Especificação	Instituição	Valor		
					Valor Unitário (R$)	Qtde	Subtotal
4490.52.33	1	1.4	PROJETOR MULTIMÍDIA	UEM	4.500	1	4.500
4490.52.33	1	1.4	MÁQUINA DIGITAL (FILMADORA)	UEM	2.500	1	2.500
4490.52.35	1	1.4	NOTEBOOK	UEM	6.200	1	6.200
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
							0
					TOTAL		13.200

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI/ Rubrica

ANEXO 1 - PLANO DE APLICAÇÃO

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Unidade Gestora do Fundo Paraná - UGF

PARANÁ

ELEMENTOS DE DESPESA		VALOR PROJETO	*MÊS (ANO 1)												TOTAL	SALDO
			01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12		
3360.1400	Diárias	0													0	0
3390.3300	Passagens	0													0	0
3390.3500	Consultoria	0													0	0
3390.3000	Mat. Consumo NACIONAL	0													0	0
3390.9000	Mat. Consumo IMPORTADO	0													0	0
3390.3600	ST Pessoa Física	0													0	0
3360.1800	Bolsas	69.300	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	69.300	0
	Auxílio Financeiro	0													0	0
3390.3900	ST Pessoa Jurídica	0													0	0
4490.5200	Equipamentos e Mat. Permanente NACIONAL	13.200	13.200												13.200	0
4490.5200	Equipamentos e Mat. Permanente IMPORTADO	0													0	0
4490.5100	Obras e Instalações	0													0	0
TOTAL:		82.500	18.975	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	5.775	82.500	0

** Entende-se por mês 1 (um) o mês de início das atividades do projeto.*

*** Definir valores a serem liberados mensalmente ao Projeto (em amarelo)*

1. Assinatura do Representante Legal da Instituição Proponente

2. Assinatura do Coordenador Técnico do Projeto

SETI / PR
Fl. 23
Rubrica